



Diário Oficial da

CÂMARA

PODER LEGISLATIVO • BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA

IMPRESSA ELETRÔNICA

Lei nº 12.527



A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.

Atendimento ao Cidadão

Presencial



Praça Helena Carmem
de Cassia Donato, S/N,
Bairro Liberdade

Telefone



77 3643-1130

Horário



Segunda a Sexta-feira,
das 07:00 às 13:00 h

Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o **Diário Oficial Eletrônico**, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua divisão por temas para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;



RESUMO

PORTARIAS

- PORTARIA 019 - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
- PORTARIA 020 - FISCAL DE CONTRATO

ATOS ADMINISTRATIVOS

- ATO ADMINISTRATIVO - RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO - TP 01-2023





CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA
CNPJ: 01.673.876/0001-61
ESTADO DA BAHIA

PORTARIA N.º 019, DE 28 DE JUNHO DE 2023.

“Nomeia comissão permanente de licitação e dá outras providências”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MATINA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 7.º da Lei n.º 59, de 06 de fevereiro de 2004.

CONSIDERANDO, os dispositivos previstos na Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1.º - Nomear os membros da Comissão de Licitação da Câmara Municipal para compor a Comissão Permanente de Licitação, na forma que segue:

Presidente: Leliane Alves Belém;

Secretário: Zaqueu Conceição Neves;

Membro: Alessandra Flores Magalhães;

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Matina,
Estado da Bahia, em 28 de Junho de 2023.**

Ademilto de Oliveira Ferreira
Presidente da Câmara





CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA
CNPJ: 01.673.876/0001-61
ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 20 DE 28 DE JUNHO DE 2023

Nomeia Fiscal de Contratos no âmbito da Câmara Municipal de Matina e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município, e,

CONSIDERANDO o rol principiológico consubstanciado no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei Federal no 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

R E S O L V E

Art. 1º. Nomear como Fiscal de Contratos e Atas de Registro de Preços no âmbito desta Câmara Municipal, o servidor **ZAQUEU CONCEIÇÃO NEVES**.

Art. 2º. O Fiscal de Contratos e Atas de Registro de Preços, terá garantido pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal no 8.666/93, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

- I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
- II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
- III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
- IV – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- V – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
- VI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
- VII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
- VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;



**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA**

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

XIII – Exercer outras atividades correlatas à sua função.

Art. 3º. O Setor de Administração da Câmara disponibilizará ao Fiscal nomeado, em cumprimento ao disposto nesta portaria, cópia de todos os processos administrativos que eventualmente estiverem sob seu exame fiscalizatório, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados em pasta compartilhada na rede do Servidor da Câmara Municipal e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal de Contratos e Atas de Registro de Preços amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Matina, 28 de junho de 2023.

ADEMILTO DE OLIVEIRA FERREIRA
Presidente





CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA
CNPJ: 01.673.876/0001-61
ESTADO DA BAHIA

ATO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS n. 001/2023

AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 020/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para construção de edificação anexa à Câmara Municipal de Matina que hospedará os gabinetes dos vereadores.

EMENTA. Construção de Gabinetes. Impugnação. Prazo. Impugnação tempestiva e não provida. Autoridade Competente. Segurança Jurídica.

DO RELATÓRIO

O Cidadão IGO BARBOSA NEVES, de CPF não informado no requerimento da impugnação, endereçou questionamento a Comissão Permanente de Licitações, aduzindo as seguintes argumentações:

I. Aduz o Cidadão que em alguns casos “a exigência da certidão de registro e quitação de engenheiro elétrico pode ser dispensada, sem comprometer a qualidade e segurança do projeto”.

Nos termos sagrados e fundamentais da solicitação de impugnação, é o relatório.

DA PRELIMINAR DE TEMPESTIVIDADE

Importa destacar que o presente pedido de impugnação foi tempestivo, nos termos do art. 41, §1º da Lei Federal nº 8.666/1993, consoante aos ditames do regramento licitatório (infra)constitucional.

DA ESTRUTURA DE MÉRITO E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Conforme descrito nos pontos de relato, basicamente, roteirizando em mérito, a empresa defende não é necessária a exigência da certidão de registro e quitação de engenheiro elétrico.

Para esmiuçar a questão, serão divididos em tópicos inteligíveis, que dialogam com as dimensões jurídicas e fático-administrativas do *quantum* alegado, sendo: 1. Competência do Mérito e 2. Tipologia do Objeto.





CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA
CNPJ: 01.673.876/0001-61
ESTADO DA BAHIA

1. COMPETÊNCIA DO MÉRITO |

Na seara da descrição do objeto licitado é necessário explanar primeiramente o art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, que dispõe:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na **entidade profissional competente**;

II - comprovação de **aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características**, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, **bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos**;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Devemos pontuar que o referido artigo trata de delimitar a documentação que deverá ser exigida para fins técnicos **como rol máximo a ser exigido**, não sendo necessário rol mínimo para tanto.

Nesse sentido, na correspondência do mérito da questão, compreende-se que por se tratar de serviço de engenharia, de natureza técnica e especializada, a exigência supra dialoga com o inciso II, que deslinda sobre a comprovação da aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível no que se refere as características do objeto.

Calha frisar, que a autoridade competente, que elabora o instrumento convocatório, tem total competência e condição de produzir a exigência em comento.

Neste sentido, na condição de mérito, **compreende-se que não assiste razão a impugnante**, todavia, é necessário realizar uma tomografia epistêmica no que se refere a tipologia do objeto e o os elementos albergados em legislação especial.

2. TIPOLOGIA DO OBJETO |

Calha pontuar, nos termos albergados, a **tipologia do objeto** do certame licitatório, no qual, seguem as orientações dispostas, conforme estabelecido na Corte de Contas da União, por intermédio do Acórdão 2084/2007, que segue:





CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

Faça constar, dos editais de licitação para contratação de serviços terceirizados, **a completa exigência para a comprovação de habilitação técnica, especialmente quanto à comprovação da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelo trabalho**, em conformidade com o inciso II, do art. 30, da Lei no 8.666/1993. Acórdão 2084/2007 Plenário. (grifamos)

Na mesma esteira, também vaticina o TCU:

[...]

Por fim, quanto à exigência editalícia de registro da empresa e de seus Responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) e de atestados de experiência acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), que a unidade técnica aponta como restritiva da competitividade, tenho a observar que tal conclusão somente se sustentaria caso o parcelamento da licitação se demonstrasse viável, o que não está demonstrado nos autos.

Assim, a exigência demonstra-se adequada aos ditames legais que regem a matéria, em especial **o art. 69 da Lei no 5.194/1966 (que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e engenheiro Agrônomo): “Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos, profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova da quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto deva ser realizado”**. Acórdão 3041/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator) (grifo e destaque nosso)

Assim, para além do próprio posicionamento do Tribunal de Contas da União, a própria legislação especial determina a apresentação não somente a certidão de registro, mas, bem como, a respectiva de prova de quitação.

Por estes termos, tanto em vertentes que contemplam a estrutura dos conceitos trazidos, bem como sua tipologia de objeto e sua comprovação, a fundamentação exposta, resta decidir.

DA SÍNTESE CONCLUSIVA

Em uma primeira esteira, é indispensável produzir uma assertiva menção acerca da **precariedade técnica e formal** da impugnação em comento.

O texto endereçado a Comissão Permanente de Licitação foi chamado de **Recurso**, todavia, trata-se de uma **Impugnação**, conforme calçada nos termos do art. 41, §1º da Lei Federal nº 8.666/1993.

Outro ponto foi a precariedade formal, tratando-se de um texto solto no e-mail institucional da Câmara Municipal, sem qualquer qualificação do requerente, como CPF, endereço, profissão, entre outras





CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

questões da natureza de um requerimento deste cariz. Além da questão supramencionada, há também a ausência completa de fundamentação de mérito da impugnação, que mais tem estrutura de um pedido informal do que um documento técnico que vislumbra a impugnação de matéria de instrumento convocatório.

Todavia, por se tratar de interposição petítória de cidadão, esta administração do certame optou por constituir sob o viés do formalismo moderado, que deve guardar a conformidade com o complexo normativo que rege as relações jurídicas e o direito administrativo, com o objetivo precípuo de endossar o interesse público.

Destarte, frente a todo o exposto, por mérito, fato e jurisprudência, conforme emana da legislação (infra)constitucional, a Comissão Permanente de Licitação **RECEBE** a presente impugnação, por preencher os requisitos de forma e tempestividade insculpidos na lei, para **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, sendo **MANTIDA** a estrutura do edital bem como foi devidamente publicado, **DEVENDO** o processo administrativo seguir seu rito normal até a justa homologação pela autoridade competente.

Do presente ato administrativo, que;

Publique-se no Diário Oficial da Câmara,

Registre-se nos autos do processo administrativo,

Intime-se a impugnante da decisão pelos meios eletrônicos já utilizados.

É a decisão.

Matina, 11 de agosto de 2023.

LELIANE ALVES BELÉM
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Assinatura digital ICP-Brasil em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001 gerada pelo software de propriedade da PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA, protegido pela Lei nº 9.609/98, regulamentado pelo DECRETO Nº 2.556 e devidamente registrado no INPI sob o número BR 512016000188-7 publicado na Revista da Propriedade Industrial nº 2387.

Para verificar as assinaturas clique no link: <http://www.procedebahia.com.br/verificar/FD92-16FA-157E-3A19-1337> ou vá até o site <http://www.procedebahia.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FD92-16FA-157E-3A19-1337



Hash do Documento

791352aee2522347dd985a11b2c329da57455cd7866f9438d5ebe2c17cd6c83b

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/08/2023 é(são) :

Tipo: Certificado Digital ICP-Brasil

Responsável: PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos Ltda

CNPJ: 18.195.422/0001-25

Assinado em: 16/08/2023 16:33 UTC-03:00